

# GALVÊAS: VAMOS VOLTAR A CRESCER.

Apesar de todas as dificuldades previstas para 1983 — e do rigor que a execução da estratégia definida ontem pelo CMN exigirá dos condutores da economia —, o ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, traçou ontem um quadro extremamente otimista sobre as perspectivas econômicas do próximo ano.

Para ele, não haverá recessão em 1983. Ao contrário, afirmou, o Produto Interno Bruto (PIB) poderá até crescer, enquanto as taxas de juros internas têm possibilidade de cair, beneficiando o comportamento dos preços e a reativação das atividades econômicas, com reflexos favoráveis no nível de emprego, que tende a melhorar em relação aos dois últimos anos. A inflação, segundo o ministro, deve situar-se em tonho de 70%.

Galvêas fez essas previsões ao comentar o documento "Programação do setor externo em 1983", aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e tido como "realista e perfeitamente viável" de ser cumprido, não só pelo ministro como também pelos demais conselheiros, como o próprio Galvêas relatou. O documento tem como ponto fundamental a obtenção de um superávit de seis bilhões de dólares na balança comercial e uma redução de 51% no déficit em transações correntes (soma do saldo da conta de comércio, juros da dívida externa, fretes, seguros e outras remessas de dólares ao exterior), o qual deverá cair dos 14 bilhões de dólares este ano, para 6,9 bilhões, em 1983.

## Sem racionamento

Galvêas fundamenta seu ponto de vista de que não haverá recessão no próximo ano no fato de que o corte nas importações — que serão reduzidas de 19,5 bilhões de dólares, este ano, para 17 bilhões, em 1983 — está centrado, basicamente, na economia de 1,1 bilhão

de dólares com petróleo, cujos gastos terão de ser reduzidos de 10,1 bilhões, neste ano, para 9 bilhões. Ao contrário do que informa o documento, o ministro da Fazenda revelou que os números da conta de comércio para este ano são mais modestos: 20 a 20,5 bilhões de dólares de exportações, em vez de 21 bilhões, e 19,5 a 19,8 bilhões de importações, em vez dos 20,5 bilhões, previstos no documento, resultando, assim, num superávit de 500 a 800 milhões. "Isto significa que o ajustamento será um pouco menor" — observou.

O corte nas importações de petróleo não implicará em racionamento de gasolina e outros combustíveis, porque a economia nas compras será compensada com maior produção interna de petróleo e aumento no consumo de outras fontes energéticas, como álcool, carvão e energia elétrica — destacou Galvêas. Além disso, o impacto do corte nas importações do setor público — que precisarão ser contidas em 2 bilhões de dólares, contra os gastos de 3,3 bilhões, este ano — não é exagerado, segundo Galvêas. Ele lembrou que os grandes projetos do setor público — as hidrelétricas e o programa siderúrgico — estão em fase de conclusão e, portanto, demandarão menos importações.

Quanto aos demais cortes, que atingirão o setor privado — na ordem de 1,5 bilhão, pelos cálculos do ministro da Fazenda —, são pequenos e serão feitos com critérios altamente seletivos. "Eles serão realizados sem qualquer dificuldade" — afirmou, acrescentando que no próximo ano o Brasil deixará de importar alumínio, cobre e produtos siderúrgicos semi-acabados, passando a exportá-los. "Portanto, há elementos de convicção de que a economia brasileira tem forças e margem para se adaptar a importa-

ções de 17 bilhões" — explicou. Galvêas lembrou, ainda, que o Brasil já viveu dois períodos — de 1956 a 1961 e, depois, de 1975 à metade de 1978 — em que as importações ficaram estagnadas, enquanto a economia crescia entre 7 e 10%. "Há realmente uma relação entre o nível de importações e o crescimento econômico, mas não é rígida" — afirmou.

## Mais empregos

O PIB poderá "até crescer", no entender do ministro Galvêas, porque a Secretaria do Planejamento, os Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) já identificaram cinco mil itens importados pelo País que podem ser produzidos internamente. Este processo de substituição de importações — frisou o ministro — utilizará a capacidade ociosa da indústria nacional e precisará de mais mão-de-obra para produzi-los.

O revigoramento da economia nacional será também ajudado, segundo Galvêas, pela redução no custo interno do dinheiro, o que se mostra possível devido à menor necessidade de buscar recursos no mercado externo. "Ao reduzirmos a dependência da economia brasileira desse endividamento externo, poderemos ter uma diminuição nas taxas de juros, o que permitirá a reativação da economia e levará a uma diminuição no ritmo inflacionário" — disse Galvêas. A concretização dessa previsão melhorará o nível de emprego, mas o ministro ressaltou que, "como em toda parte do mundo, no Brasil também continuará havendo desemprego". Disse acreditar, contudo, que "em 1982 o nível de emprego no Brasil vai melhorar em relação a 1981, e em 1983 vamos seguir o mesmo curso de 1982, com possibilidade de melhoria".

A divulgação do documento relativo a política externa foi antecipada — normalmente ele é aprovada na última reunião do ano do CMN, juntamente com os programas fiscal e monetário — porque era preciso dar uma satisfação à opinião pública, explicou Galvêas. "Nós entendemos que é muito importante esclarecer a opinião pública nacional e também internacional sobre o que nós estamos pretendendo fazer para acelerar o processo de ajustamento do balanço de pagamentos em 1983, em função da nova realidade de dificuldades internacionais" — explicou.

Indagado se a execução dessa política de redução do endividamento externo traria algumas vantagens ao trabalhador, o ministro respondeu: "Ela representará algum esforço de adaptação de empresas que estão importando mais do que a economia pode suportar. Mas, como o corte atinge basicamente petróleo e o setor público, não trará qualquer efeito para o trabalhador". Sobre os benefícios que essa política proporcionará aos operários, Galvêas disse: "Como o programa é para o bem do Brasil, também é bom para o trabalhador brasileiro. Nossa política está em linha com a situação de dificuldades internacionais".

O ministro da Fazenda não admite observações de que as metas programadas poderão não ser cumpridas, como sempre tem ocorrido nos últimos anos. "Este é um trabalho sério, no qual vamos procurar engajar toda a sociedade. Não estamos admitindo que não possamos cumprir esses objetivos. Vamos cumprir, mas, evidentemente, se houver acidente de percurso temos toda flexibilidade para reajustar. A impressão que nós temos, porém, assim como todos os membros do CMN, é de que é uma hipótese viável que pode ser cumprida."